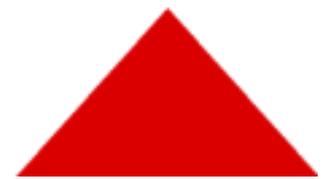




nº 1



JORNAL

TERRA E LIBERDADE

Leia:

- **Quem somos nós**
pag.2
- **Contra Remoções**
pag.4
- **Trocando idéias**
pag.5
- **Últimas Lutas**
pag.6
- **Sobre as prisões**
pag.9
- **Roda Cultural**
pag.10
- **Sindicalismo hoje**
pag.11
- **Outra Campanha**
pag.12



Organização Anarquista

Terra & Liberdade



É com imensa alegria que lançamos o primeiro de muitos jornais da Organização Anarquista Terra e Liberdade. Esperamos que com ele possamos além de informar sobre a organização e comunicar sobre as lutas libertárias, possamos também afetar de alguma maneira mais e mais pessoas para esta força revolucionária que habita nosso corpo: a anarquia.

Como se trata de uma primeiro jornal, iremos aqui apresentar a organização através de alguns pedaços de nosso primeiro material, onde apontamos pontos fundamentais de nossa organização. Ele pode ser lido na íntegra em:

<http://bit.ly/R4ao7a>

Palavra Acesa:

Dezembro, 2011. Após o terceiro despejo sofrido pelo coletivo de moradores da Ocupação sem-teto Guerreiro urbano, no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro, militantes anarquistas começaram a se reunir e debater a construção de uma organização política especificamente anarquista que reunisse companheiras e companheiros ativos no movimento popular, estudantil e sindical. Batizados à ferro e noite, conhecendo, nos últimos anos, prisões, remoções, repressão e covardia, decidimos nos organizar. Não é uma vida medida à morte que queremos (...). Estamos acesos: corações cheios de pedras e vida. (...) Elaborada como a plataforma de uma organização anarquista lançada para os militantes revolucionários que estão atuando no movimento social, buscamos apresentar um pouco da nossa concepção de anarquismo, de organização anarquista, porque acreditamos que ela é imprescindível, e como pretendemos torná-la uma máquina de guerra capaz de fortalecer e fomentar as lutas contra o capitalismo, o Estado e toda forma de opressão.

Nós anarquistas, hoje.

Distante das pessoas, dos trabalhadores, a palavra anarquismo é hoje, na maior parte das vezes, desconhecida ou traduzida como uma infantil rebeldia, loucura, terrorismo, utopia. Recebendo todo tipo de adjetivo negativo, visto como algo da negação, da destruição

apenas, talvez seja importante começar este debate desconstruindo essa imagem do anarquismo. Pois o anarquista, na verdade, sempre esteve ligado a criação, a afirmação do novo, estando aberto pra vida, querendo construí-la, tocá-la. (...) Ser anarquista hoje não é uma fantasia, um deboche, uma infantilidade. É acreditar que podemos viver em uma nova sociedade, igualitária e livre, e confiar somente na nossa organização e ação para tornar isso vivo (...).

Anarquismo hoje: Conjuntura e possibilidades revolucionárias

O anarquismo, hoje, enquanto movimento político organizado com expressão popular, encontra-se em um estado bastante aquém do que foi outrora. A predominância libertária no movimento operário em princípios do século XX passa longe da atual intervenção anarquista na luta de classes e nos movimentos contra a opressão. Para nós, este declínio deve-se a dois fatores principais, um externo e outro interno. Externamente, ele reflete a crise vivida após o ascenso revolucionário e a posterior crise do final do século XX. (...) Internamente, o anarquismo vive um estágio de “desorganização crônica” no qual boa parte das federações, coletivos e indivíduos encontram-se em atuações dispersas, quando não sem uma intervenção real nas lutas. (...) Os levantes populares que ocorrem ao redor do globo nesse momento de crise do capital, ou os movimentos

de resistência locais na nossa realidade, não vão necessariamente e “espontaneamente” produzir essa ruptura radical com a estrutura. É preciso construir estratégias que possam possibilitar que as revoltas avancem no sentido de inviabilizar o capitalismo; é necessária uma articulação local e global dessas diversas lutas para que possam efetivamente produzir a ruptura revolucionária.

A organização política anarquista: minoria ativa contra o Estado

A organização revolucionária que defendemos se apresenta, assim, como uma minoria ativa no seio do povo, tentando aglutinar militantes dedicados a causa revolucionária e com eles fortalecer a perspectiva libertária nas lutas populares. Falando sobre a organização revolucionária, por exemplo, Bakunin pergunta: “Que devem fazer os revolucionários para organizar e defender a revolução? Devem promover a revolução não por meio de decretos, mas levando as massas a ação. Sobre nenhuma circunstância devem impor nenhum tipo de organização às massas. Pelo contrário, devem defender a auto-organização das massas em corpos autônomos, federalizados de baixo para cima”. (...) Para nós, a revolução é feita pelo povo, não pelo partido. Nunca uma organização pode querer substituí-lo ou lhe impor um modelo de ação e organização. (...) Porém, não podemos nos omitir de propor caminhos com o medo de sermos autoritários e

vanguardistas. Não podemos deixar de defender as nossas ideias, ainda que elas estejam sempre em discussão e não tenhamos um programa fechado, indiferente às conjunturas e lutas. É fundamental que no momento de explosão das lutas sociais haja uma organização popular revolucionária forte, com expressão na classe trabalhadora, que proponha a radicalização das lutas e o poder popular.

Movimentos sociais e a organização política

Como falamos acima, só concebemos uma revolução que seja libertária, construída e feita pelo povo. E para que esta aconteça, os movimentos sociais são extremamente importantes. São eles que rompem o escuro, arrombam a porta, que acolhem trabalhadores nas suas questões mais vivas e imediatas, que enchem as ruas, tomam as praças, mobilizam multidões. É o movimento social de base, seja de camponeses, indígenas, operários, estudantes, mulheres, negros, moradores de favelas, etc, que recebe primeiramente estas pessoas movidas por uma questão, pela indignação, pela vontade de construir e conquistar algo. (...) Os movimentos populares, os movimentos de multidões, são, desse modo, fundamentais para a revolução. Eles possuem uma dinâmica e um modo de ser específico que nunca pode ser realizado pelo partido ou pela organização política. Um movimento como o dos camelôs, por exemplo, é e deve ser sempre dos camelôs, não dos anarquistas ou camelôs anarquistas. (...) Aos anarquistas, à organização anarquista, cabe estar entre eles, participar do movimento, e propor um caminho libertário para a sua organização e luta.

A atualidade da luta de classes

Existem alguns discursos hoje que por reconhecerem que as relações sociais no capitalismo não se dão apenas entre duas classes principais antagonicas, a burguesia e o proletariado, afirmam a inexistência total da luta de classes e de uma sociedade dividida em classes, caracterizando todos os discursos classistas como retrógrados e desconexos com o atual estágio do capitalismo. Reconhecemos que as mutações do capitalismo nos forçam a considerar de manei-

ra nova as relações entre as classes e a luta de classes, mas se estamos falando de capitalismo não podemos abrir mão desses conceitos. (...) Por mais que mudanças tenham existido, é impossível negar que a questão da propriedade privada, por exemplo, se mantém ainda como um pilar central da exploração capitalista. (...) A propriedade privada é uma das maiores conquistas realizadas contra a liberdade. A cerca e o muro demarcam quem será o soberano dentro daquele espaço. Ela é a garantia das classes dominantes do controle do espaço, a constituição hierárquica do poder, o lugar e a condição de possibilidade do trabalho alienado, esse outro mecanismo social indispensável na manutenção da sociedade de classes.

Estratégia e luta popular

Acreditamos que a ausência de uma estratégia adequada a realidade brasileira que abandonasse a via eleitoral legalista, que afirmasse a importância da luta das “minorias”, dos camponeses e dos trabalhadores do setor de serviços e do mercado “informal”, foi um aspecto que dificultou e ainda dificulta a construção de uma revolução social no Brasil. Acreditamos, como advertiu o revolucionário argelino, que “o grande erro, o vício congênito da maioria dos partidos nas regiões subdesenvolvidas tem sido dirigir-se, segundo o esquema clássico, principalmente às elites mais conscientes”. Com os trabalhadores terceirizados, os operários mais explorados e os trabalhadores autônomos, precisamos organizar mobilizações e trabalhos que acentuem os conflitos de classe no caminho de superação do sistema. É na “flor do proletariado”, como dizia Bakunin, que nascerá a futura sociedade, um tempo novo onde não cabem nem explorações nem opressões.

O combate às opressões

Pensar a construção de um mundo igualitário, é pensar a emancipação da classe trabalhadora, é pensar numa revolução que possibilitará àqueles que produzem as riquezas o direito de desfrutar delas, mas não é só isso. A sociedade em que vivemos é marcada pela luta de classes e pelas desigualdades sociais oriundas dela, mas também é marcada pelo heteropatriarcado,

pela hegemonia branca e européia, pela exclusão de todos e todas que não se adequam ao binarismo sexual, a excessiva valorização da juventude, da magreza, de uma determinação do que é sanidade mental e da perfeição física. Dessa forma, uma revolução que pense apenas na emancipação da classe trabalhadora, possivelmente continuará reproduzindo a discriminação contra as demais minorias, em suma, será uma revolução que emancipará somente o trabalhador que seja homem, branco, heterossexual, intelectualmente são e hábil fisicamente. Por isso, pensar numa revolução que construa um mundo realmente igualitário é pensar também na luta contra as opressões às minorias, contra as outras hegemonias que atravessam nossa sociedade.

Queremos construir um novo mundo onde caibam tantos outros mundos. Para tanto, precisamos lutar para que operárias, camponeses, quilombolas, indígenas, camêlos, travestis, pessoas com deficiência física, idosos, ciganas, presidiários, intersexuais, loucos, prostitutas, homossexuais e tantos mais sejam igualmente livres. Pois, como disse Bakunin, “liberdade sem socialismo é privilégio, socialismo sem liberdade é escravidão”.

Anarquismo, subjetividade e cotidiano.

A política do cotidiano anarquista é uma forma de imprimir nos meios tudo aquilo que queremos nos fins, e que só será possível num trabalho de base cotidiano. Se estamos organizados para potencializar nossos esforços e anseios enquanto militantes e anarquistas com o intuito de construir a anarquia, uma sociedade livre, sem hierarquia e autoridade, não temos a ilusão que com a simples destruição do Estado e o fim da propriedade privada todas as formas de exploração e de opressão irão instantaneamente desaparecer. Nós, enquanto uma organização política que pretende, organizadamente, influenciar os movimentos sociais com as dinâmicas anarquistas de autogestão, ação direta, apoio mútuo e etc., também devemos trabalhar nestes mesmos espaços para a criação de novas formas de sociabilidades onde as opressões de todos os

tipos sejam combatidas. Sabemos os limites desta criação se ela não for pensada conjuntamente com uma revolução radical das relações de poder hegemônicas em nossa sociedade, mas também não há revolução radical das relações de poder hegemônicas em nossa sociedade que não necessite de uma transformação radical das relações cotidianas. (...) Intervir nesse processo de subjetivação das classes exploradas e dominadas é intervir naquilo que nos prende, às vezes, a letargia, ao conformismo, a apatia, é criar a possibilidade da revol-

ta, da luta, da revolução social, de outra vida.

Trabalho de base e intervenção política

Acreditamos ser fundamental para toda revolução a discussão e o convívio coletivo nos movimentos sociais, o debate e a mobilização diária contra quem e o que nos opomos e pelo que buscamos e queremos conquistar. E isso é o que chamamos de “trabalho de base”, um princípio fundamental da nossa organização.(...) Não nos organizamos para formar um grupo

de estudos sobre o anarquismo, o capitalismo, ou trabalhar apenas a memória do movimento libertário. Isso tudo é importante e pode ser realizado pela organização, mas não deve ser seu eixo principal, sua atividade mais importante. Queremos “construir a vida” e para isso é preciso lutar, militar, participar ativamente das lutas diárias. Cada militante da organização precisa contribuir em alguma atividade política de base, pensada no coletivo, dentro de uma estratégia e a partir de uma análise teórica da realidade.



Providência contra as remoções

Enquanto grupos que atuam no Morro da Providência, somos testemunhas de transformações que esse lugar centenário vem sofrendo em prol do crescimento do capital e das desigualdades, da manutenção da ordem e das aparências. Acompanhamos, de dentro do morro, com olhos agarrados às ladeiras, tiros e os corpos feridos pela polícia, uma comunidade que só aparecia na mídia por conta de assassinatos, sem qualquer atenção do Estado – a não ser nas mortes cometidas - e que era totalmente desprezada por ONG's e partidos. Agora, após o projeto Porto Maravilha (maravilha para quem?), acreditamos presenciar um cenário de mudanças radicais na vida do morro: máquinas abrindo buracos e subindo encostas, furando a história de seus moradores; outdoors anunciando programas de TV à cabo; estímulo à programas de crédito com altos juros para empreendedores e novxs endividadxs; mais de 800 casas que estão sendo ameaçadas de remoção. Tudo isso, somado ao projeto de vigilância total da vida dos moradores – UPP -, com o nome de “revitalização”, como diz o slogan. “Revitalização”: praças, ruas, casas, quadras, dando

como mostra a recente notícia que três coletivos em ocupação, Manuel Congo, Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga – essas duas no entorno da Providência – tiveram conquistas políticas aniquiladas quando da quebra do acordo da Caixa Econômica e do governo, que previa investimentos em infra-estrutura e regularização fundiária dos prédios; conquistas e, em contra partidas, ataques que demonstram que os interesses nas áreas são outros, são capitais, e que o diálogo do governo é à base de repressão e violência.

Afirmamos: somos e nos colocamos decididamente contra tais remoções!, porém fazemos, ainda, a denúncia contra as UPP's, que vem abrindo espaço – e fogo também – para as investidas do capital das corporações e empreiteiras, que vêm com os olhos famélicos o mais que lindo visual de todo o morro. Olham com cobiça para as casas, para as ruas e, para isso, é preciso conter, reprimir, vigiar, limpar e

espaço para hotéis, teleféricos, galerias comerciais. É a especulação imobiliária que abre sua boca gorda sobre o Morro da Favela, querendo o morro menos negro, pretos saem para entrar bancos, brancos no lugar de negros, brancos, bancos, boutiques no lugar da favela. Sai o trabalhador, a trabalhadora, entre o burguês, a empresa.

Queremos resgatar que tal projeto de cidade, que prevê a remoção de famílias de comunidades e favelas em toda cidade, não se dá somente na Providência e região portuária – centro dos investimentos vultuosos –, e não se inicia somente com as remoções absurdas e arbitrarias. O Estado vem criminalizando acintosamente os movimentos sociais, notadamente o movimento sem-teto que fortemente vem resistindo com suas ocupações urbanas,



Ato de moradores da Providência

dos mais explorados que lá escolheram para viver por ser próximo do local de trabalho, “remanejando-os” para bairros de difícil acesso. Um projeto que entende o espaço urbano como vitrine de loja: usufrui quem pode pagar. Quem não pode tem gradativamente seu direito à moradia, à educação, ao transporte, à saúde e lazer roubados. No bojo desses acontecimentos, moradores e moradoras vêm se encontrando há mais de um ano para debater e trocar experiências e pensar saídas para a situação, em fóruns abertos a toda comunidade. As dificuldades são muitas: perseguição por parte do governo, desinformação, ataques da mídia, mentiras. O falso ideal de “progresso” e “desenvolvimento” é mais um inimigo que derruba casas e divide os moradores. A batalha é enorme e necessária. Por isso, estimulamos as lutas e os espaços de debate e construção de um movimento da comunidade, levantado e organizado pelos moradores, que mesmo recebendo o apoio de pessoas de fora, possa elaborar

seus próprios métodos de resistência e atuação social e política.

Somamos força à autonomia do povo unido, pensando e decidindo o destino e o impacto das construções para a Copa de 2014 e os jogos Olímpicos de 2016 na Providência. Esse é o caminho, a mobilização e a luta. Sabemos que não podemos confiar nos vereadores, deputados, candidatos a prefeito, envolvidos em suas campanhas eleitorais e de costas pra luta popular. Precisamos confiar em nós mesmos: nossa organização é nossa força, nossa força é nossa união.

A Comissão de Defesa da Moradia da Providência é um desses espaços!

Ela se reúne com frequência e vem tendo bons resultados para todos as moradoras e moradores!

Participe! Venha debater e construir essa luta!



Por Diana Helene - crocomila.blogspot.com.br

Sempre interessado em trocar idéias e experiências, Roberto Gomes dos Santos, de 45 anos, morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, nos contou um pouco sobre a sua vida e a realidade que os moradores de ocupações sem-teto vivem hoje na Zona Portuária do Rio de Janeiro com a implementação do projeto “Porto Maravilha”. E se a pergunta é “Maravilha para quem?”, nesta entrevista onde Roberto não poupou palavras vamos descobrir esta resposta e muitas outras coisas...

Trocando idéias...



OATL: Roberto, primeiro nos fale um pouco sobre você e sua vida na Quilombo das Guerreiras.

Roberto: Sou morador da Quilombo desde o início – que foi em 2006 – e antes eu morava no Complexo do Alemão. Eu era servidor público e resolvi abandonar a carreira e me aposentar antes da hora para poder me dedicar mais à causa da luta pela moradia e pra cursar Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, que é um curso de ensino superior voltado para a os movimentos sociais, como os sem-terra, quilombolas, indígenas, caiçaras e, agora, também os sem-teto. Acredito que em agosto estou me formando!

OATL: Em relação à sua vida na Zona Portuária, quais as mudanças você observa desde a implementação do projeto “Porto Maravilha”?

R: Isso é uma coisa até difícil de falar... Porque está mudando muita coisa, mas é tudo voltado para o capitalismo, pra especulação imobiliária. Quem ouve, pensa até que é uma maravilha mesmo, né: aquário de peixes raros, prédios de 50 andares, museus, derrubada da Perimetral e construção de via subterrânea. Tudo como aconteceu em Barcelona (Espanha), Portugal e Argentina: transformações que nada mais são do que a expulsão das pessoas que vivem nesses lugares. De fato, a classe trabalhadora que construiu e constrói isso tudo aqui não usufrui e nem vai poder usufruir de qualquer tipo de melhoria ou benefício. Estamos sendo todos expulsos, poucos continuarão aqui na área e o restante que virá morar aqui é só classe média alta, altíssima... Essa melhoria toda é, como a gente costuma dizer, “pra inglês ver” e especialmente pro porto

ser vitrine do Rio para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. No ritmo em que as mudanças acontecem, o legado disso tudo vai ser a expulsão da classe trabalhadora da região central para as periferias.

OATL: E esse grande número de remoções coloca em risco o futuro da Quilombo das Guerreiras?

R: Já teve muita remoção de famílias que moravam em casas e prédios em áreas de interesse imobiliário e, infelizmente, parece que terão outras inúmeras remoções até o final das obras, inclusive a Quilombo das Guerreiras poderá sofrer tentativa de despejo. Inclusive, fomos inseridos em um projeto de moradia popular chamado Quilombo da Gamboa, que é uma parceria da UNLM, CMP e Fundação Bento Rubião, que é de reassentamento para um prédio que será construído aqui na Gamboa. Estamos em reunião há quase dois anos e entendemos que esta opção de moradia definitiva no Centro é melhor do que aceitar indenização ou casa de papelão do Minha Casa Minha Vida na periferia, que seria longe de tudo que já conquistamos no Centro da cidade, como nossos trabalhos, escola das crianças, atendimentos em hospitais, entre outras coisas. E está sendo uma luta bem difícil porque esse projeto significa a nossa resistência aqui na Zona Portuária, né, e os governantes e a classe dominante não querem que a gente continue aqui.

OATL: No Acampamento de Vivência que organizamos na ocupação em agosto deste ano assistimos ao filme Distopia que fala sobre este novo projeto de cidade que está sendo imposto e, além de denunciar as aberrações do Porto Maravilha, também conta sobre as remoções que estão acontecendo no Morro da Providência. O que você acha dessa situação das favelas que também

estão sendo afetadas pelo projeto de “revitalização”?

R: A Providência está sendo diretamente afetada, né. São 800 casas com risco de remoção e tem toda a obra do teleférico que já removeu muitas famílias. Vou falar uma coisa que acho muito importante sobre este momento específico que os movimentos sociais estão passando: a mobilização de pessoas, independentemente de que segmento do movimento social elas são, é fundamental para desmontar esse processo do Capital. Então eu sempre falo que se é uma luta nós temos que ter guerreiros. E pode ser só o grupo dos sem-teto? Só dos quilombolas? Só dos caiçaras? Só dos gays? Só dos professores? Só dos indígenas? Eu sou completamente contra essa luta desarticulada. Todos nós somos afetados por essas mudanças que estão ocorrendo e precisamos nos juntar. É uma causa justa e precisamos d e união pra conseguir alcançar nossos objetivos!

OATL: Uma última pergunta: para você, o que seria uma Zona Portuária realmente maravilhosa?

R: Pra mim uma Zona Portuária maravilhosa seria onde a classe trabalhadora, que é tão oprimida e excluída



QUILOMBO DAS GUERREIRA

“Aqueles que matamos lentamente nos matadouros mecanizados do trabalho são os mesmos que discutem, cantam, bebem, dançam, beijam, ocupam as ruas, pegam em armas, criam uma nova poesia.”



Luta popular recente no Rio de Janeiro

A cada novo dia as violências contra o povo na cidade do Rio de Janeiro, motivadas pela correria instaurada diante da proximidade dos mega-eventos, aumentam. No entanto, se os tempos duros parecem longos, a resistência heroica de milhares de trabalhadoras e trabalhadores do Estado em morros, ocupações sem-teto, assentamento rurais, escolas, canteiros de obras, vem se construindo, pulsando. São vozes corridas a plenos pulmões, balançando de ódio, do ódio às humilhações, das vidas arrancadas, casas arrancadas, pessoas amarradas à um cotidiano de assalto, sustos: expulsas do seu bairro, expulsas da sua sala, expulsas do seu emprego. Precisamos não apenas

analisar os modos de operação da violência, mas falar, contar, refletir sobre os processos de resistência. Eles existem, eles se fazem. Articular estas vozes, as revoltas, amarrar as mãos e confiar na força coletiva, autônoma, longe das ilusões eleitorais e de qualquer colaboração com o governo, é parte da reflexão que fazemos e o princípio deste balanço que propomos dos últimos três meses de mobilizações na cidade do Rio. Sem

* O GEP é um grupo de educação popular que surgiu em 2008. Muitos militantes da OATL participam do GEP, atuando junto com outros companheirxs que não se reivindicam anarquistas mas que compartilham de uma perspectiva libertária. É importante ressaltar que o GEP é autogestionário e plenamente autônomo de qualquer grupo.

desconsiderar as diversas lutas e movimentos hoje, focaremos nossa análise principalmente em lutas das quais participamos e que nos ajudam a pensar a nossa atuação e a importância de uma organização e uma militância anarquista forte na construção do poder popular.

Morro da Providência: as lutas no GEP* e no FCP

Entre os casos mais emblemáticos hoje de violência e ação do capital, encontra-se o Morro da Providência, “tomado” pela UPP em 2010 e área de ação dos projetos Morar Carioca e Porto Maravilha. Com a intervenção destes dois projetos na comunidade, mais de 800 casas estão ameaçadas de remoção e milhares de famílias que pagam aluguel estão tendo que deixar o

imobiliária. Resistindo a esse processo, nasceu em 2010 o FCP (Fórum Comunitário do Porto) que vem articulando, enquanto frente de indivíduos e grupos, um processo de resistência junto aos moradores do Morro da Providência. Prejudicado, em um período, por momentos de centralização e hierarquia, além de uma dependência negativa do parlamento e da justiça, o Fórum vem assumindo novo rosto e a cada dia se fortalecem os princípios da organização de base e de ação direta. Nos meses de julho e Agosto, por exemplo, ocorreram reuniões de base em diversos pontos da comunidade, uma grande assembleia de moradores do Morro da Providência no dia 10/08 e uma caminhada em direção ao Tribunal de Justiça no dia 13/08, quando a juíza, pressionada pela comunidade, interrompeu provisoriamente as remoções e pediu uma nova audiência com a presença do Bittar (secretário de habitação). Mobilizando-se para esta nova audiência no dia 03 de Setembro, os moradores realizaram uma caminhada no morro que começou na Pedra Lisa, área mais pobre da favela, até o largo do Cruzeiro, seu ponto mais alto. A caminhada e a contínua organização popular conseguiram mobilizar diversas famílias que saíram da Providência até o TJ com panfletos, faixas e cartazes. Dessa pressão, manteve-se proibida a remoção forçada das casas, denúncias foram feitas contra funcionários da Prefeitura que ameaçam mo-

radadores que resistem às remoções e uma nova audiência foi marcada para o início de Outubro.

Se muitas vezes as apostas ficavam centradas em contatos com parlamentares e defensores, devido à insatisfação e pressão dos moradores e também da atuação do GEP e da OATL na construção do Fórum - defendendo sempre as propostas dos moradores que sinalizavam para a ação direta -, a política se inverteu e a mobilização e organização coletiva tornaram-se as ferramentas de combate dos moradores. O GEP1, que atua na Providência desde o início de 2008, também está se organizando cada vez mais e se inserindo com maior força na comunidade. Em Junho, junto com a OATL, organizou um "percurso anti-capitalista" na área portuária reunindo cerca de 100 pessoas. A atividade começou na central do Brasil, passou pela Ocupação sem-teto Chiquinha Gonzaga, subiu o morro da Providência e terminou na Capela do Livramento, onde acontecem as aulas do Pré-Vestibular Comunitário Machado de Assis e da Alfabetização de Jovens e Adultos. Após a caminhada e panfletagem no morro, organizamos um debate contra a criminalização dos movimentos e as remoções. No dia 30 de Junho, o GEP organizou também um Arraiá contra as remoções no

Morro, e no dia 20 de Agosto uma atividade da Outra Campanha com alunos do pré e da alfabetização. Participando do GEP e do FCP, estamos conseguindo contribuir para um caminho das lutas que enfatize e fortaleça os princípios libertários da autogestão e ação pela base. O exemplo de luta e persistência dos moradores da Providência, mostra como a organização autônoma do povo pode obter conquistas e resistir ao Estado.

Ocupações sem-teto

Um acontecimento importante no movimento social do Rio no início deste século foi o crescimento do movimento sem-teto. Desde 2004, multidões de ocupações nasceram como as Ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006), Manoel Congo (2007), Machado de Assis (2009), entre tantas outras. Acreditamos que o trabalho junto às favelas e às ocupações sem-teto, entre a classe trabalhadora mais explorada, é a prioridade para a luta revolucionária na cidade. Por isso, a importância para uma organização anarquista em atuar ativamente nestes espaços. Hoje, estamos realizando trabalhos em duas ocupações - Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras -, pela força que possuem e pela presença de militantes da organização que residem nestas ocupações.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga foi a primeira grande ocupação, desde



Caminhada na Providência



Noite de Talentos: Semana de Vivências na Quilombo das Guerreiras

os anos 2000, na área central da cidade. Ela nasceu em 2004, fruto de uma ação conjunta entre grupos e pessoas que entendiam a luta pela moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro como primordial para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, assim como para impulsionar e possibilitar outras lutas para a construção de uma cidade gerida pelo povo. Depois de oito anos de ocupação, a Chiquinha Gonzaga vem sofrendo com ameaças e indefinições. Nesse contexto, o papel dos grupos em apoio à ocupação é de extrema importância na soma de forças com moradores e moradoras da Chiquinha, com o objetivo de resistir e manter a ocupação como espaço de moradia popular e criar outras possibilidades de vida urbana. A partir dessa compreensão, a OATL iniciou atividades com as crianças da ocupação. Filmes, pintura coletiva, contação de histórias e brincadeiras materializam os laços político-afetivos entre a organização e as crianças da ocupação. Essas não só entendidas como futuras militantes, mas agentes ativos para a construção e manutenção da vida da e na Chiquinha Gonzaga. Também estamos ajudando a construir a Outra Campanha na Chiquinha, construindo o debate que será colocado no congresso do dia 16 de Setembro. A Ocupação Quilombo das Guerreiras nasceu em 2006, depois de dois despejos e da perseverança do coletivo de moradores. Ela está localizada entre a Leopoldina e a Rodoviária Novo Rio e é uma das ocupações mais fortes e organizadas, mantendo a autogestão – as assembleias, as comissões de trabalho, etc - e a participação nas lutas populares. Também vítima das especulações e projetos de remoção, a ocupação mantém-se mobilizada e ativa na resistência. Em Agosto, junto com os indivíduos e coletivos de apoio, construiu a “Semana de Vivências na Ocupação Quilombo das Guerreiras”, organizando debates, mutirões, espaços de troca e interação, que ressaltaram a importância do movimento popular e da luta cotidiana. Acontecem hoje na Quilombo também diversos projetos tocados por moradores e apoios, como a horta comunitária agroecológica, o projeto de leitura com as crianças, o

Cineclube com os adolescentes (que tem como desdobramento a atual produção de um curta-metragem sobre a história e o cotidiano da ocupação), e o projeto de reforço escolar. Em Agosto, o GEP, a partir da demanda do coletivo, começou a debater a construção de um projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, que deve iniciar já em Setembro. Entre as atividades recentes na ocupação, também se destacam as reuniões e atividades da Outra Campanha que aconteceram com ampla participação das e dos moradores. Se considerarmos que em poucos anos nomes importantes da luta por moradia no Rio foram despejadas pelo Estado, chegando a mais de mil famílias retiradas de suas casas, vemos a importância, na resistência popular, de Ocupações como a Chiquinha Gonzaga e a Quilombo das Guerreiras. A mobilização destas, sua organização autônoma, e os laços que abrem com outras comunidades, são o único caminho para manterem-se vivas e ajudarem a construir uma cidade para o povo.

A luta entre os profissionais da educação



No ano de 2011, três meses de greve dos profissionais da educação que trabalham na rede estadual mostraram as insatisfações da categoria com o governo Sérgio Cabral e também as possibilidades de luta e organização de um campo de esquerda que coloque em questão o aparelhismo e o reformismo da direção do sindicato (PSOL e PSTU). A radicalização da greve, com a ocupação da secretaria de educação e o acampamento de professores e funcionários na Rua da Ajuda, defendida sobretudo por grupos e indivíduos que combatiam a eterna condução legal-parlamentar da greve pelos partidos eleitorais, é um sinal deste processo. Este ano, apesar dos diversos ataques do governo do Estado, vimos até agora um sindicato preocupado com sua eleição e a busca por cargos. Foi este vício burocrático que freou a organização da luta. Contudo, organizados no GEP educação pública, junto com outros companheirxs, conseguimos organizar mobilizações e propor outro caminho para as lutas da categoria. Em junho, após o anúncio do corte do

trênio dos servidores, colocamos em duas assembleias a necessidade de se deliberar uma greve da rede estadual. Mesmo perdendo por poucos votos, mostramos que o nível de organização de indivíduos e grupos de oposição está crescendo. Em julho, alguns companheirxs estiveram ativos também na luta contra a demolição do hospital estadual IASERJ. Esta luta é importante, por sua causa e por abrir laços que superam o corporativismo e fortalece uma perspectiva de classe, um projeto de classe. Com a retomada das aulas, novas reuniões do GEP educação pública foram realizadas, trazendo novos companheirxs para o grupo, fortalecendo desse modo o GEP como um grupo político com a proposta de uma educação popular, libertária, e de uma ação sindical não aparelhada, organizada sem hierarquia.

A importância do anarquismo militante

Um dos motivos principais para a formação da nossa organização foi a defesa de uma teoria anarquista não dogmática e uma intensa militância nos movimentos populares. Sem esta última, não vemos porque haver uma organização política anarquista. Pela própria história do anarquismo, consideramos importante enfatizar que grupos de estudos libertários, projetos de apoio mútuo, trabalhos com educação e cursos populares, não podem terminar neles mesmos e esquecer que o conflito, a luta de classes, as ações de greve, atos de rua, ocupação, paralisação, colagem e divulgação, também são pedagógicas e contribuem para a formação política. Como anarquistas e militantes, não podemos nos limitar a dar aulas em pré-vestibulares, trabalhar na sua organização interna, ou participar da assembleia de ocupações e realizar projetos com crianças, jovens e adultos. O anarquismo não pode mais ficar escondido em uma casa, um projeto, um grupo de estudos. Na vida de uma organização, é necessário saber conjugar o seu trabalho interno, a militância duradoura e cotidiana nos espaços de militância e a agitação e mobilização de rua. Fortalecer o anarquismo no movimento popular, como perspectiva de outra sociedade, é o que estamos buscando construir: corações atentos, firmes.



O ANARQUISMO NÃO PODE SER CAPTURADO

Na Turquia 15 anarquistas foram presos depois dos protestos do 1º de Maio, incluindo companheirxs dos grupos “Terra e Liberdade” (Toprak ve Özgürlük) e “Atividade Revolucionária Anarquista” (Devrimci Anarşist Faaliyet), acusadxs de terrorismo. Na Bielorrússia, uma ditadura que alia stalinismo e livre mercado, militantes anarquistas estão presos pelo simples fato de tentarem se organizar, sendo acusados de extremistas. No Paquistão, 6 sindicalistas foram condenados a 590 anos de prisão por participaram de um movimento grevista de cem mil trabalhadores. Na Grécia, onde os efeitos da crise (leia-se capitalismo/livre mercado) vem se mostrando mais devastadores, são inúmeros xs anarquistas encarceradxs. Isso sem enumerar xs diversos presxs em todos os outros países da União Européia, auto-proclamada bastião dos direitos humanos, onde se ignora que cárcere é tortura.

Do lado de cá do Atlântico a coisa também vai mal. Na terra dos paladinos da democracia, os EUA, militantes do partido dos Panteras Negras e de sua ala mais libertária, o Black Liberation Army, se encontram encarceradxs, muitxs a mais de 30 anos, junto aos mais de 50 presxs políticos apoiadxs pela Cruz Negra Anarquista. Descendo para a América Latina temos notícias do México onde constantemente se dá a prisão não só de guerrilheirxs zapatistas, mas também das bases de apoio zapatistas em Chiapas, de militantes de diversas organizações aderentes da Otra Campaña por todo o país, e de participantes da APPO (Asamblea Popular de Pueblos de Oaxaca). A criminalização dos movimentos que reivindicam terra e dignidade não é exclusividade do Estado mexicano. No Chile o número de presxs Mapuche e de apoiadores não para de aumentar, também acusados por uma nova lei antiterrorismo. Na Bolívia, anarquistas foram presos na defesa do território TIPNIS e de seus habitantes, e mais uma vez a vaga acusação de terrorismo recaiu sobre xs companheirxs que foram investigados pela internet e em suas casas, usando como provas pertences pessoais como zines.

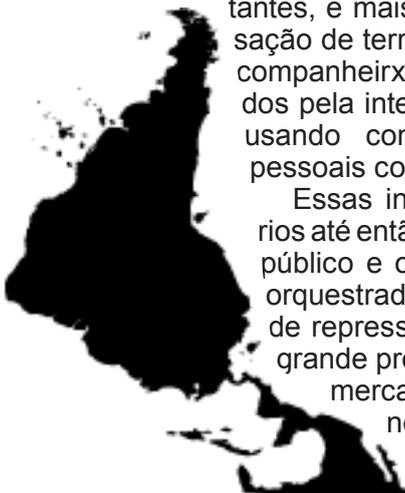
Essas intervenções em territórios até então relegados pelo poder público e o terrorismo de Estado orquestrado nas ações militares de repressão fazem parte de um grande projeto de integração dos mercados locais e avanço do neo-liberalismo chamado IIRSA (Integração

da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que no Brasil está atrelado às obras do PAC. Sabemos que toda essa infra-estrutura não promoverá o desenvolvimento sócio-econômico da região, mas servirá para fundamentalmente maximizar a exploração das nossas riquezas naturais, o que somente continuará enriquecendo as classes dominantes e manterá as veias do nosso continente abertas ao saque.

Lembremos das situações gritantes de desrespeito e autoritarismo que ocorrem no governo do PT, os casos como o da Usina de Belo Monte, que apesar dos protestos o governo continua empurrando goela abaixo das populações locais. O consórcio responsável pela construção chegou a pedir a prisão preventiva de 11 ativistas, para impedir mobilizações, pedido prontamente atendido pelos laçaios do Estado. Apesar de ser o caso mais debatido, a Usina de Belo Monte não é um caso isolado. O governo prevê a construção de mais 20 usinas na Amazônia, dentre as que já saíram do papel o caso da usina de Jirau que assusta pela brutalidade. Os trabalhadores em greve por melhores condições tiveram de enfrentar os patrões, a polícia e o sindicato atrelado a CUT, mais nocivo que os patrões; alguns operários foram presos e os outros foram obrigados a retomar os trabalhos sobre a mira dos fuzis da Força Nacional, que ocupou os canteiros de obra.

O ataque ao direito à terra também não cessa: são incontáveis xs indígenas presxs, sequestradxs e executadxs, ou pela polícia ou pelxs latifundiárixs; tais quais xs Kaiowá, Tupinambá, Kaingang, Kadiwéu, Xukuru, dentre tantas outras. Também xs campesinxs são atacadxs pela polícia e pelxs latifundiárixs, e várias mortes aconteceram no campo contra militantes da Liga dos Camponeses Pobres (Movimento dos Camponeses de Corumbiara), do MST e do Movimento de Libertação dos Sem-Teto (MLST). A luta contra o latifúndio, o agronegócio e a destruição do meio ambiente, não para de ceifar as vidas dxs nossxs lutadorxs.

O processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil agrava-se a cada dia com a proximidade de grandes eventos, Copa e Olimpíadas, e com a aprovação da lei Antiterrorismo, que dentre outros, coloca a ocupação de propriedades públicas e privadas, greves e outros ativismos como terrorismo previsto em lei. Vemos diversos países em que a lei antiterrorismo é utilizada para reprimir trabalhadores insubordinados, do Paquistão aos Estado Unidos, da Inglaterra à Grécia, da Turquia à Argentina; o Brasil agora aperta o cerco aos movimentos para limpar a barra dos investidores internacionais. Torna-se cada vez mais difícil e mais urgente travar a luta social em nossa cidade e nosso país - e não faltam exemplos da criminalização dos movimentos sociais, como Pinheirinho, a Ocupação Sem-teto Guerreiros Urbanos, Os 13 do Consulado, os companheiros da luta contra o aumento das barcas, o ato contra a comemoração do golpe de 64, entre muitos outros.



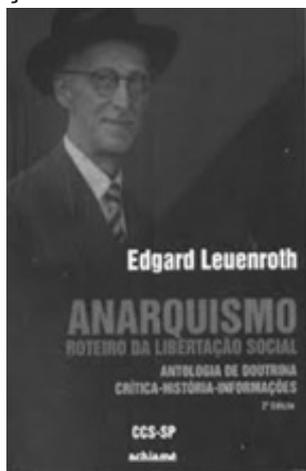
Nós anarquistas lutamos por um mundo sem prisões! Repudiamos com toda a força dos nossos corações e toda nossa raiva o sistema universal da punição expresso pelo direito penal, sistema racista, sexista e classista. Queremos a abolição desse sistema de exploração, dominação e tortura sem fim. Existe uma relação incontestável entre a pena privativa de liberdade e o modo de produção capitalista, são os cárceres que produzem a delinquência, e ela é útil na nossa sociedade porque quanto mais delinquentes, mais crimes; quanto mais crimes, mais medo; quanto mais medo, mais fácil se aceita o sistema de controle policial. O controle policial visa servir e proteger, ou seja, servir à classe dominante

e proteger as suas propriedades. Como anarquistas buscamos construir o poder popular como forma de autogestão generalizada de toda sociedade, buscando sempre a solução para a situação-problema equacionada pelas partes em comum acordo. As práticas de autogestão atacam o modo de funcionamento das estruturas do Estado, que são estruturas de manutenção do sistema de exploração capitalista. Não podemos mais aceitar esse mecanismo brutal de tortura, morte e destruição da vida representado pelos cárceres. Como dizem nossos irmãos turcos "Anarşizm Tutsak Alınamaz"

O ANARQUISMO NÃO PODE SER CAPTURADO

Roda Cultural

ANARQUISMO: roteiro da libertação social



Edgard Leuenroth

Edgard Leuenroth, grande anarquista brasileiro do século XX, reúne nesse livro valiosíssima coletânea de

escritos anarquistas. Colocando lado a lado, textos de autores consagrados e artigos publicados na imprensa libertária, aos quais jamais teríamos acesso, se não fosse o trabalho colossal de preservação da memória anarquista ao qual Leuenroth se empenhou por toda vida.

O livro em questão foi publicado meses antes do golpe de 64, o que dificultou sua divulgação, chegando o mesmo a servir como peça de acusação no julgamento do CEPJO (Centro de Estudos Professor José Oiticica), importante pólo de difusão do anarquismo durante o regime.

Jamais iremos reconhecer os militares como críticos literários, mas o pavor causado neles pelo livro, deve-se provavelmente por sua exposição clara e acessível de grandes pontos do pensamento anarquista, e apenas aumenta nosso interesse em conhecer essa importante obra do anarquismo brasileiro.

A Língua das Mariposas
1999 diretor: José Luis Cuerdas

Um menino (que como muitos) sentia medo de ir à escola. O que iria encontrar? Professores autoritários, gritos, ditados enormes? Não queria, desejava fugir para a América. Mas, com o desenrolar dos primeiros dias de aula, descobriu que a escola podia lhe reservar alguma alegria. Seu professor era o anarquista Don Gregório e com ele estabeleceu uma relação profunda de afeto e confiança. O aprendizado podia ser prazeroso, vivido nas suas enormes sutilezas. Em sala de aula ou fora dela, voando com as mariposas, o professor tecia com o menino manhãs de liberdade. Só que em um dia já anunciado, tomba sobre a pequena cidade espanhola o anúncio da Guerra Civil: soldados fascistas amordaçando vidas mudam o rumo desta história.



O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917

Christina Roquette Lopreato



Nesse livro instigante, Christina Roquette Lopreato relata a maior greve da história de São Paulo e uma das greves mais combativas da história do Brasil.

Durante três dias todas as atividades industriais e comerciais da cidade ficam paralizadas, seguindo de uma profunda repressão ao movimento operário. A greve geral de 1917 marca momento em que muitos trabalhadores se compreendem enquanto classe e percebem seu poder de mobilização contra o Estado e a classe dominante. O mérito do livro é a riqueza de detalhes no que diz respeito a organização do movimento dos trabalhadores e a demonstração da solidariedade de classe. As ligas operárias de bairro, espaço de deliberação política, organização popular e centro de cultura e estudos, mostram que é possível organizar uma luta sindical revolucionária, independente do Estado e que se pautem na ação direta dos trabalhadores.

Construir o sindicalismo revolucionário

A questão da representatividade nos movimentos sindicais é uma constante que tem sido abordada pelos anarquistas no decorrer da história do movimento dos trabalhadores. Filha das revoluções burguesas, ela tem sido levantada por setores da esquerda como o mais legítimo exercício da democracia, apesar da prática nos demonstrar o contrário e de servir inclusive na contenção do potencial de radicalização e de ação direta das “bases”. Com cargos de “lutadores profissionais”, os “representantes da categoria” vivem em sua contradição: dizem representar os trabalhadores contra o Estado e ao mesmo tempo, liberados de seus empregos por negociações com o governo, contém qualquer radicalização da base que possa acarretar na sua própria desmoralização ou destruição. Podemos observar que as radicalizações, de modo geral, não ocorrem através das direções, mas apesar delas. Base de todo aparelhismo, esse “vanguardismo burocrático” travestido de democracia tem levado a um enfraquecimento dos movimentos de trabalhadores, que dentro da “cultura representativa” esperam eternamente por ações de seus diretores e do próprio poder executivo. Os casos dos golpes militares no Brasil e no Chile demonstram como determinados setores da esquerda alimentaram uma esperança nas reformas de Goulart e Allende, desarmando em sentido literal e sentido metafórico o movimento dos trabalhadores para resistir aos ataques golpistas.

A título de comparação, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), principal sindicato espanhol no início do século XX, tinha apenas um funcionário remunerado, um secretário sem nenhuma função deliberativa, contando com mais de 1 milhão e meio de filiados. Isso permitiu uma proximidade constante entre “base” e “quadros” e sua fusão, criando uma cultura de ação direta e resistência não representativa. Não é mero acaso ter acontecido na Espanha, onde havia a cultura de não esperar pelo poder executivo e pela burocracia sindical, a experiência de barrar um golpe militar da direita. Na Espanha de 1936, onde a derrubada da Segunda República, na impressão da direita, promoveria um rápido golpe militar seguido de um pronunciamento, o golpe se transformou em resistência armada e guerra civil. O povo, sem esperar pela frágil República e nem pelos burocratas sindicais, toma de assalto as armas dos quartéis, forma milícias populares e resiste bravamente ao golpe do general Franco. Quando alguns militantes da CNT, traíndo a revolução, aderem ao governo para fazer frente única contra o fascismo, serão as suas bases e colunas – como a coluna Durruti – que se manterão em armas defendendo uma revolução socialista, a coletivização plena, e as milícias populares contra o fascismo e a burguesia espanhola agarrada ao Governo Republicano.

Na contramão da experiência mais positiva da CNT, na atualidade brasileira vemos em geral um movimento de luta sindical cada vez mais distante da proposta de um sindicalismo classista, autônomo e combativo. Ao fazermos uma breve reflexão histórica podemos perceber que a burocratização sindical já existia na experiência do movimento operário bem antes do modelo fascista incorporado no Brasil na década de 1930. Anarquistas e conselhistas, por exemplo, denunciam, desde o século XIX, a existência de um corpo de profissionais especializados, com direito a funcionários “subalternos” - faxineiros, secretários, cozinheiros, porteiros e demais trabalhadores vistos pelo marxismo como parte da classe com baixo (ou nenhum) potencial revolucionário -, na estrutura sindical. Vale ressaltar que esta burocracia nasceu sem a imposição do Estado, mas pelo desejo de uma parte da esquerda pelo Estado, pela reprodução de suas formas de organização e exercício do poder, pelo sonho da “ditadura do proletariado” ou simplesmente um “governo popular” de conciliação de classes, como fazem os reformistas da velha e atual social-democracia.

Vendo o cenário de hoje, acreditamos ser necessário uma crítica à este modelo sindical em sua totalidade e raiz, combatendo as chantagens oriundas dos contratos entre sindicato e Estado e da existência de estruturas e formas de gestão que permitem e incentivam a perpetuação de burocracias e profissionais sindicais.

É preciso acabar com este emprego, tão desejado pelas direções dos partidos institucionais, do “profissional do sindicato”, “representante da categoria”, e isto só é possível se eliminarmos o modelo atual de diretoria e seu sistema eleitoral representativo. Como inimigos deste sindicalismo pelego, temos que lutar, a todo instante, pela construção dos

conselhos de trabalhadores, pelos sindicatos autogeridos organizados desde as comissões de base, sem cargos e empregos pagos pela taxa de sindicalização e por repasses (chantagens) do Estado. Precisamos defender, como programa, uma autonomia sindical que pressupõe o fim dos “sindicalistas”, o fim do modelo de democracia representativa criada pela burguesia, a criação do poder dos trabalhadores, do poder popular. Nosso exemplo mais próximo, sem “idealismos”, são os próprios sindicatos revolucionários existentes aqui no Brasil que se organizavam a partir da autogestão, da democracia direta, e acreditavam somente na ação direta e organização dos trabalhadores como ação válida para a luta de classes e a resistência ao poder. Foi esse modelo de sindicalismo que tocou as lutas sindicais mais fortes, combativas e democráticas. Nossa luta é contra o “sindicato cutista”, mas também contra o sindicato burocrático que se diz de “esquerda” e que age como “polícia” quando sentem que a luta caminha para uma ação direta, radical, organizada pela base.

Ou se vota com os de cima ou se luta com os de baixo

“Não entrego minha liberdade na urna”, gritou um importante anarquista em meados do século XIX. Tanto tempo depois, reolocamos este grito, não por medo do tempo, por saudosismo ou temor do futuro, mas por observar o quão afastados das transformações radicais as crenças eleitorais nos deixaram. É espantoso ver no Rio, por exemplo, uma campanha que busca reviver as antigas candidaturas do PT, como se o problema da “traição” deste partido fosse de ordem individual, moral - “eles mudaram de lado” -, como se nada tivesse acontecido. Visando fortalecer as lutas populares, não podemos aceitar esta análise. O “caso PT” não se responde por uma questão de caráter dos membros deste partido,

mas por uma reflexão sobre o reformismo e a crença nas transformações por via das eleições e do Estado. As candidaturas de Marcelo Freixo e todas as outras da legenda do PSOL marcam isso: a esperança da população deve estar fora dela, no governo. A vitória nas urnas que irá determinar a possibilidade de mudança na vida do povo e não a sua organização, sua mobilização cotidiana, suas lutas. Daí a atual campanha de terror: “a nossa chance de mudar é agora, você tem que votar no Freixo!”. Atentos à história do movimento popular e vivenciando diretamente a atual conjuntura, não apenas discordamos deste discurso de “impacto” como o consideramos nefasto. Perverso, ele afirma tudo aquilo que a organização popular deve negar: a dependência em relação ao Estado, a passividade e apatia, a crença que política só se faz em período de eleições, a afirmação total da representatividade burguesa e a diminuição assombrosa da luta popular direta. Ele chega para a trabalhadora, para o trabalhador, e diz: “ele vai resolver a sua vida, vote nele”, justamente quando precisamos quebrar a ilusão eleitoral e estimular a ação. Produz uma classe apática, dependente, esperançosa no Estado. Em proporções bem piores que candidaturas como as do PSTU e PCB – que na nossa visão equivocam-se afirmando o legalismo e mantendo confianças nesta “democracia” -, a campanha do PSOL abarca o campo reacionário de Marina e Gabeira, representados por Caetano Veloso, junto à uma política predominantemente de classe média. Seu discurso é o bem-comportado, adestrado, que apesar de trazer demandas dos movimentos sociais é passível de ser aceito pela ordem e setores da burguesia. Lutando diariamente para a construção da nova sociedade, não podemos “comprar”, também, o discurso dominante da democracia burguesa e tratar o voto como

uma questão meramente individual, “do seu momento íntimo na urna”. Para nós, votar não é apenas dar o voto, mas ao dar o voto, ao manter, fortalecer e difundir esperanças na via eleitoral, optar por um caminho para os movimentos sociais que levam à dependência de parlamentares, de organizações que se produzem para eleições, e à possíveis dependências do governo caso estas candidaturas de “esquerda” ganhem. Como mostram os casos da Venezuela e Bolívia, os partidos que geram o Estado fazem o movimento social defender o “governo popular” contra a direita e quem não segue isso é preso, reprimido ou lançado no campo dos reacionários. Ao mesmo tempo, freia-se sempre a radicalização das lutas, pois o Estado é sempre o Estado e ele precisa manter a ordem, precisa colocar a polícia na rua, defender a propriedade privada,

manter o capitalismo, ainda que não seja pela via do neoliberalismo. Caso ele tome posições que coloque em questão alicerces da sociedade capitalista ou incomode a aliança de classes que governa o país, ele será deposto e um novo golpe se organizará. Temos como exemplo a nossa própria história. O que foi o caso João Goulart, no Brasil? O PCB, maior partido da época, preocupava-se em apoiar o presidente e defender o governo “eleito democraticamente”; mantinha as esperanças na “via pacífica”, na democracia burguesa, deixando o povo desarmado para resistir ao golpe. Tanto no Brasil como no Chile, ao invés da esquerda institucional radicalizar as lutas, armar o povo, preparar a guerra popular, ela se inseriu nas bases do Estado e confiou neste contra a

direita e os golpes. O resultado disto já conhecemos. Tirar esta questão do voto individual, pontual, e pautar o projeto de construção da nova sociedade, é, portanto, fundamental. Todos nós que acreditamos no socialismo libertário, na autogestão, na revolução social, devemos construir um projeto para a esquerda, para as lutas, para os movimentos. Por isso, ao negarmos votar ou defendermos o voto nulo, não o fazemos por “purismo”, por uma mera questão ética de não querer entregar a decisão sobre as nossas vidas nas mãos do Estado ou por crer que todos os candidatos são iguais e que os governos serão os mesmos. Acreditamos, inclusive, que uma mobilização que se reduza a campanhas sobre voto nulo também não acrescenta nada à luta popular. Por isso, optamos por construir a Outra Campanha. A ideia, espelhada na experiência Zapatista, é fortalecer os princípios da organização autônoma, da autogestão, da solidariedade de classe, fazendo debates nas comunidades onde atuamos e construir um programa de reivindicações e lutas populares que estreitem as alianças entre grupos e comunidades que buscam a construção do poder popular.

